

Jurista baiana pode ser a primeira ministra negra do STJ

15 de março foi o último dia do prazo para que os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público Federal apresentassem os nomes dos seus membros inscritos para concorrer à vaga aberta no Superior Tribunal de Justiça, em decorrência da aposentadoria da Ministra Laurita Vaz, em outubro do ano passado.

A apuração realizada em fontes abertas pelas organizações Mulheres Negras Decidem e Instituto Juristas Negras revelou que das 41 pessoas inscritas, 13 são mulheres, destas apenas uma mulher negra: a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Lívia Sant'Anna Vaz.

A jurista, que teve seu nome defendido por movimentos sociais para as duas últimas vagas do Supremo Tribunal Federal, é promotora de Justiça, desde 2004, no Ministério Público do Estado da Bahia, onde acumulou experiências nas áreas de Direito Penal e Processual Penal, Júri, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Direito de Família e Direitos Humanos. **Lívia Sant'Anna Vaz** tem se destacado com uma ampla trajetória institucional na proteção e promoção dos direitos humanos, especialmente no enfrentamento ao racismo, à intolerância religiosa, à violência contra mulheres e população LGBTQ+, bem como na articulação com os movimentos sociais para a defesa dos direitos fundamentais e promoção de políticas públicas. Na instituição baiana já coordenou, entre 2016 e 2020, o Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e de Combate à Discriminação (GEDHDIS) e o Grupo de Atuação Especial em Defesa das Mulheres e da População LGBT. No Conselho Nacional do Ministério Público, integra o Grupo de Enfrentamento ao Racismo e de Respeito à Diversidade Étnica e Cultural da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais –, o qual coordena desde 2018.

Lívia também é escritora, Especialista em Estudos Afro-latino-americanos e Caribenhos, pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Mestra em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia e Doutora em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Desse modo, ela tem contribuído significativamente com o mundo jurídico ao agregar saberes pluriversais importantes para o enfrentamento ao epistemicídio, para a garantia de diversidade no ensino jurídico e no sistema de justiça, bem como para o impulsionamento de políticas públicas de promoção da igualdade.

Além de escritora – autora do livro *Cotas Raciais* (Coleção *Feminismos Plurais*) e coautora dos livros *A Justiça é uma Mulher* (Coleção *Juristas Negras*) *Negra* e *Abayomi: o reluzir dos encontros preciosos*, bem como de inúmeros artigos em revistas renomadas no Brasil e no exterior –, foi a primeira mulher negra brasileira a ser nomeada como uma das 100 pessoas de Descendência Africana mais Influentes do Mundo, na edição *Lei & Justiça* (MIPAD). No exterior, além do doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a jurista baiana frequentou a Universidade de Paris 1 – Sorbonne – e compôs grupo de pesquisa na Universidade de Sevilla, além de ser uma das poucas juristas brasileiras a ter participado do intercâmbio profissional proporcionado pelo *International Visitor Leadership Program*, do Departamento de Estados dos Estados Unidos da América (2018).

Sua atuação em prol dos direitos humanos e da promoção da igualdade para grupos vulnerabilizados, rendeu-lhe importantes homenagens e premiações, ao longo de sua carreira de quase 20 anos, como a Comenda Maria Quitéria, condecoração concedida pela Câmara Municipal de Salvador (2017) a mulheres que se destacam com ações em benefício da sociedade soteropolitana; o Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (2019), pelo Aplicativo Mapa do Racismo; o Prêmio Inspiradoras (Universa UOL e Instituto Avon), categoria Acesso à Justiça (2021), pela atuação na defesa e promoção dos direitos humanos; o Prêmio Innovare, na Categoria Ministério Público, com a prática Ministério Público e Terreiros em Diálogos Construtivos (2022); a Medalha Zumbi dos Palmares, concedida pela Câmara Municipal de Salvador (2023).

Além de notável saber jurídico, **Livia Sant'Anna Vaz** possui reconhecida conduta ilibada, preenchendo todos os requisitos constitucionais para a sua nomeação para o cargo. Seu reconhecimento do seu notório saber jurídico resultou na sua designação para compor importantes grupos de juristas no sistema de justiça e no Poder Legislativo, como os seguintes: a) Grupo de Trabalho sobre Reconhecimento de Pessoas no Processo Penal para evitar condenação de pessoas inocentes, do Conselho Nacional de Justiça (2021-2022); b) Grupo de Trabalho para Sistematização de Normas Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral (2021); c) Comissão de Juristas para Aperfeiçoamento da Legislação de Enfrentamento ao Racismo Estrutural no Brasil, da Câmara dos Deputados (2021-2022).

		NOME	CARGO
MPF	UNIÃO	Raquel Elias Ferreira Dodge	Subprocuradora-Geral da República
		Hindenburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho	Subprocurador-Geral da República
		Carlos Frederico Santos	Subprocurador-Geral da República
		Celso de Albuquerque Silva	Subprocurador-Geral da República
		Artur de Brito Gueiros Souza	Subprocurador-Geral da República
		Maria Cristina Simões Amorim Ziouva	Procuradora Regional da República
Acre	MP/AC	Sammy Barbosa Lopes	Procurador de Justiça
Alagoas	MP/AL	Maria Marluce Caldas Bezerra	Procuradora de Justiça
		Walber José Valente de Lima	Procurador de Justiça
Amapá	MP/AP	NÃO HOUVE INTERESSADOS	
Amazonas	MP/AM	Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior	Promotor de Justiça
		Leda Mara Nascimento Albuquerque	Promotora de Justiça
Bahia	MP/BA	Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz	Promotora de Justiça
		Roberto de Almeida Borges Gomes	Promotor de Justiça
		Sheilla Maria da Graça Coitinho das Neves	Procuradora de Justiça
Ceará	MP/CE	Alexandre Pinto Moreira	Promotor de Justiça
Distrito Federal	MP/DF	Eunice Pereira Amorim Carvalhido	Procuradora de Justiça
		Flávio Augusto Milhomem	Promotor de Justiça
		José Eduardo Sabo Paes	Procurador de Justiça
Espírito Santo	MP/ES	NÃO HOUVE INTERESSADOS	
Goiás	MP/GO	Benedito Torres Neto	Procurador de Justiça
		Ivana Farina Navarrete Pena	Procuradora de Justiça
Maranhão	MP/MA	Ana Luiza Almeida Ferro	Promotor de Justiça
		Cássius Guimarães Chai	Promotor de Justiça
Mato Grosso	MP/MT	Alexandre de Matos Guedes	Procurador de Justiça
		José Antônio Borges Pereira	Procurador de Justiça
Mato Grosso do Sul	MP/MS	NÃO HOUVE INTERESSADOS	
Minas Gerais	MP/MG	Júlio César Teixeira Crivellari	Promotor de Justiça
		Leonardo Barreto Moreira Alves	Promotor de Justiça
Pará	MP/PA	Cézar Augusto dos Santos Mota	Promotor de Justiça
		Sintia Nonata Neves de Quitaniha Bibas Maradei	Promotora de Justiça
		Evandro de Aguiar Ribeiro	Promotor de Justiça
Paraíba	MP/PB	NÃO HOUVE INTERESSADOS	
Paraná	MP/PR	Maria Aparecida Mello da Silva Losso	Promotora de Justiça
Pernambuco	MP/PE	Ivo Pereira Lima	Promotor de Justiça
		Paulo Henrique Queiroz Figueiredo	Promotor de Justiça
Piauí	MP/PI	Flávia Gomes Cordeiro	Promotora de Justiça
Rio de Janeiro	MP/RJ	NÃO HOUVE INTERESSADOS	
Rio Grande do Norte	MP/RN	Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras	Promotora de Justiça
		Paulo Roberto Andrade de Freitas	Promotor de Justiça
Rio Grande do Sul	MP/RS	NÃO HOUVE INTERESSADOS	
Rondônia	MP/RO	Alzir Marques Cavalcanti Junior	Procurador de Justiça
		Adilson Donizete de Oliveira	Promotor de Justiça
Roraima	MP/RR	NÃO HOUVE INTERESSADOS	
Santa Catarina	MP/SC	NÃO HOUVE INTERESSADOS	
São Paulo	MP/SP	Leandro Pereira Leite	Procurador de Justiça
		Henrique Lucas de Miranda	Procurador de Justiça
Sergipe	MP/SE	Fábio Viegas Mendonça de Araújo	Promotor de Justiça
		luis Fausto Dias de Valois Santos	Promotor de Justiça
Tocantins	MP/TO	NÃO HOUVE INTERESSADOS	